

Senado, sem papel, suspende o *Diário*

JOÃO EMÍLIO FALCÃO

A política de contenção de despesas da Mesa do Senado fez uma nova vítima: o Diário do Congresso. O líder do PMDB, Ronan Tito (MG) lamentou que a falta de papel pareça insuperável, neste momento, por escassez de recursos e isto esteja retardando o Diário. Para não haver prejuízo da atividade legislativa, Ronan Tito propôs que sejam publicadas apenas as separatas dos projetos aprovados pelas Comissões em caráter terminativo. A sugestão foi anotada pelo senador Pompeu de Sousa (PSDB-DF), 3º secretário.

A necessidade de diminuir despesas é ressaltada também pelo senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), presidente do Senado, que comunicou ao plenário ter determinado, desde 5 de outubro, aos diretores que não recomendassem para cargos em comissões pessoas em condições de se aposentar. Nelson Carneiro lembrou que, na ocasião, soube que inúmeros servidores estavam criticando a Mesa pela decisão, mas esta agira certa em defesa do erário. A determinação fora tão correta que o Tribunal

de Contas da União estava agindo contra o golpe das aposentadorias comissionadas.

A obediência rígida ao artigo 169 do Regimento foi enfatizada pelo senador Dirceu Carneiro (PSDB-SC). Por esse artigo, os projetos aprovados pela Câmara só podem ser apreciados pelo Senado na mesma sessão legislativa se lhe forem remetidos até 30 de novembro. Ele teme a repetição do ocorrido em anos anteriores quando o Senado teve de apreciar vários projetos de afogadilho.

O presidente do Senado, de acordo como presidente do TSE, Francisco Resek, apresentou projeto estabelecendo que "poderá a Justiça Eleitoral, tomadas as medidas necessárias à garantia do sigilo, autorizar a reciclagem industrial das cédulas, em proveito do ensino público de primeiro grau ou de instituições beneficentes". O senador Márcio Lacerda (PMDB-MT) propôs que a inclusão de produtos sujeitos ao controle (de preços), e a exclusão dos atualmente sujeitos ao seu uso, far-se-ão sempre por lei. Estabelece a obrigatoriedade de marcação, no selo especial de controle, de vários produtos.

O Senado aprovou nos últimos dias os seguintes projetos: 1) concedendo compensação pecuniária, a título de benefício, ao militar temporário do Exército, por ocasião de seu licenciamento; 2) acordo constitutivo do Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento; 3) convênio do Brasil com o Paraguai para estabelecer um depósito franco no porto de Rio Grande; 4) e projeto do senador Maurício Corrêa (PDT-DF) que isenta do pagamento de pedágio os veículos automotores licenciados como táxis.

O senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) propôs a centralização do pagamento de servidores que acumulem cargos. O projeto veda a percepção conjunta de proventos com vencimento, remuneração ou salário pago por administração direta, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações. O aposentado designado para cargo em comissão poderá perceber um adicional de até 30 por cento sobre o valor da remuneração do cargo ou do provento. Esse controle será exercido em relação aos federais, estaduais e municipais.